

Revista Processus Multidisciplinar

Página da revista:

<https://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/index>



Resenha do artigo intitulado “O acesso à justiça: como as pessoas vulneráveis são prejudicadas no âmbito jurídico”¹

Review of the article titled “Access to justice: how vulnerable people are harmed in the legal context”

ARK: 44123/multi.v7i12.1558

Recebido: 02/07/2025 | Aceito: 20/12/2025 | Publicado on-line: 19/02/2026

Ivanilson Silva Lopes²

 <https://orcid.org/0009-0007-7873-1187>

 <http://lattes.cnpq.br/7141068246454518>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: ivanilsontherock@gmail.com



Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “O acesso à justiça: como as pessoas vulneráveis são prejudicadas no âmbito jurídico”. Este artigo é de autoria de: Maria Eduarda dos Santos Freitas e Jonas Rodrigo Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, Ano 6, Vol. VI, n.12, jul.-dez., 2024”, e investiga a problemática do acesso à justiça para indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Acesso. Justiça. Vulnerabilidade. Idosos. Digital.

Abstract

This is a review of the article titled “O acesso à justiça: como as pessoas vulneráveis são prejudicadas no âmbito jurídico” (Access to justice: how vulnerable people are harmed in the legal context). This article was authored by Maria Eduarda dos Santos Freitas and Jonas Rodrigo Gonçalves. The reviewed article was published in the journal “Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, Year 6, Vol. VI, n.12, Jul.-Dec., 2024”, and investigates the problematic issue of access to justice for individuals in vulnerable situations.

Keywords: Access. Justice. Vulnerability. Elderly people. Digital.

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso Bacharelado em Direito, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa.

A revisão linguística foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

² Ivanilson Silva Lopes, Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus



Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “O acesso à justiça: como as pessoas vulneráveis são prejudicadas no âmbito jurídico”. Este artigo é de autoria de: Maria Eduarda dos Santos Freitas e de Jonas Rodrigo Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, no Ano 6, Vol. VI, n.12, jul.-dez., 2024, e investiga a problemática do acesso à justiça para indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Quanto aos autores deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um deles. Muito da formação ou da experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos um pouco sobre cada autor.

A primeira autora é Maria Eduarda dos Santos Freitas. Atualmente, ela é estudante do Centro Universitário Processus (UniProcessus), localizado no Distrito Federal.

O segundo autor é Jonas Rodrigo Gonçalves. Sua vasta e diversificada formação acadêmica inclui um Doutorado em Psicologia, um Mestrado em Ciência Política e um Pós-doutorado em Direito. Além disso, possui especialização em Letras, Educação e Direito, bem como licenciaturas em Letras (Português/inglês), Filosofia, História, Psicologia e Sociologia. Atualmente, é Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa do UniProcessus/DF, além de docente e orientador de TCC, coordenador do Núcleo de Trabalho de Curso e do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica (PPIC), e coordenador editorial institucional. Sua atuação se estende à docência em diversas áreas do ensino superior, pesquisa e coordenação de grupos de pesquisa focados em Direitos Humanos, Direito e Políticas Públicas, Grupos Vulneráveis, Psicologia Social e Jurídica. Destaca-se, ainda, sua posição como editor-chefe de periódicos com Qualis (Capes) e de editoras científicas e acadêmicas, incluindo a Revista JRG de Estudos Acadêmicos (Qualis B1).

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: Resumo; Palavras-chave; *Abstract*; *Keywords*; Introdução; Desenvolvimento; Considerações finais; e Referências. A redação do artigo, que forma o núcleo da pesquisa, é estruturada em subcapítulos que abordam diferentes facetas da temática. Assim, o “Desenvolvimento” é composto por: O Acesso: Um Direito Fundamental, A Vulnerabilidade na Sociedade Contemporânea; Impacto da Tecnologia no Acesso à Justiça; e A Vulnerabilidade da Pessoa Idosa no Âmbito Jurídico. Cada um desses subcapítulos aprofunda um aspecto específico da relação entre a vulnerabilidade e o acesso ao sistema jurídico.

O artigo centraliza sua análise na complexidade do acesso à justiça para as parcelas mais desfavorecidas da sociedade. Os autores iniciam definindo que o acesso à justiça abrange um pensamento mais vasto do que meramente a disponibilidade do Poder Judiciário, ressaltando que a confusão entre ambos é uma inexatidão comum que mascara a verdadeira extensão da disparidade. A pesquisa salienta que a vulnerabilidade socioeconômica influi como uma barreira significativa, impedindo que indivíduos em circunstâncias de hipossuficiência busquem a efetivação de seus direitos. Para ilustrar essa problemática, o estudo se alicerça na teoria das “três ondas renovatórias” de Cappelletti e Garth, que evidenciam as barreiras de natureza econômica, organizacional e processual enfrentadas, principalmente, pela população desfavorecida. A estrutura da revisão bibliográfica do artigo examina como a digitalização do Judiciário, embora um avanço, paradoxalmente, pode acerbir a marginalização daqueles que não possuem acesso ou domínio da tecnologia, agravados pela pandemia. O estudo também se dedica às fragilidades dos idosos, destacando as dificuldades tecnológicas e o paternalismo que limita sua autonomia, sugerindo a perquirição de paradigmas de capacidade jurídica. Por



consequente, o trabalho defende um ingresso à justiça mais humano e adaptado às realidades dos vulneráveis.

O tema do artigo é “O acesso à justiça: como as pessoas vulneráveis são prejudicadas no âmbito jurídico”. Discutiu o seguinte problema: “As pessoas são prejudicadas no âmbito jurídico por conta de sua vulnerabilidade?”. A premissa baseou-se na seguinte conjectura: “As pessoas são prejudicadas no âmbito jurídico por conta de sua vulnerabilidade e existem diversas vulnerabilidades que as afastam de buscar seus direitos”.

Neste artigo, o objetivo geral foi: “demonstrar que as pessoas em situação de vulnerabilidade são prejudicadas no âmbito jurídico”. Os objetivos específicos foram: “identificar onde estão algumas vulnerabilidades, o que está sendo feito para amenizá-las e sugerir melhorias no acesso à justiça”.

Justificou-se a temática da pesquisa da seguinte forma: “Para os profissionais do Direito, a compreensão da vulnerabilidade e suas implicações no acesso à justiça são fundamentais para um atendimento mais humano e eficaz, que transcenda a mera aplicação da lei e considere as particularidades de cada indivíduo.” Para a ciência jurídica, este contribui ao aprofundar o debate sobre os obstáculos estruturais e as inovações necessárias para garantir a igualdade no acesso à justiça, fomentando a criação de novas pesquisas e políticas públicas. Socialmente, o artigo busca dar visibilidade às dificuldades enfrentadas pelas pessoas vulneráveis, incentivando a reflexão e a ação para construir um sistema jurídico mais inclusivo e equitativo para todos.

A natureza da construção do artigo foi eminentemente qualitativa e teórica. O estudo, conduzido durante um período de três meses, consistiu em uma revisão bibliográfica. Os autores utilizaram como base cinco artigos científicos e dois livros. As fontes bibliográficas foram pesquisadas em plataformas como o Google Acadêmico e a Revista Processus, e na biblioteca digital da UniProcessus, utilizando palavras-chave como “acesso à justiça”, “vulnerabilidade”, “idoso”, “digital”, “juizado” e “assistência jurídica”. A escolha por fontes bibliográficas teve como propósito explorar as dimensões subjetivas da sociedade vulnerável, buscando um panorama mais humanizado sobre o assunto.

A metodologia adotada pelos autores, conforme discutido, permite analisar a investigação das diversas facetas das adversidades que impedem o pleno gozo do sistema judiciário pela população em desvantagem. O primeiro grande capítulo da obra resenhada é a “introdução”. Os autores a utilizam para contextualizar o leitor sobre a acuidade do mote, apresentando o cenário de desigualdade no Brasil e a relevância do acesso à justiça como um preceito fundamental. Eles realizam isso ao distinguir claramente este direito do mero ingresso no Poder Judiciário, argumentando, com o respaldo de Xavier (2002), que associar esses termos indistintamente constitui um equívoco metodológico. Consequentemente, percebe-se que a introdução estabelece a questão de pesquisa, a hipótese e a intenção do estudo, além de detalhar as motivações profissional, científica e social que embasam a pertinência do trabalho. O texto defende que a materialização desse direito precisa de mais do que apenas formalidades, exigindo uma análise das circunstâncias reais de obtenção de amparo legal para o povo, preparando o terreno para as discussões mais aprofundadas no desenvolvimento.

Para otimizar a clareza estrutural e o fluxo argumentativo da resenha, os subcapítulos da seção de Desenvolvimento do artigo serão abordados sequencialmente conforme a seguir: “O Acesso à Justiça: Um Direito Fundamental”, “A Vulnerabilidade na Sociedade Contemporânea”, “Impacto da Tecnologia no Acesso à Justiça” e “A Vulnerabilidade da Pessoa Idosa no Âmbito Jurídico”.



Após a contextualização e a apresentação da metodologia, o artigo adentra o seu desenvolvimento temático, iniciando pelo “subcapítulo” que aqui denominaremos de “O Acesso à Justiça: Um Direito Fundamental”. Os autores dedicam esta seção para esmiuçar o discernimento do ingresso à justiça, distinguindo-o claramente da mera possibilidade de ingresso no Poder Judiciário. Eles o fazem ao retomar e analisar as “três ondas renovatórias” de Cappelletti e Garth (2002), um marco teórico que historicamente evidenciou os obstáculos econômicos, organizacionais e processuais enfrentados no intento para alcançar uma justiça mais completa e que funcione de fato. Percebe-se, por meio dessa explanação, que o desígnio é solidificar a base teórica da pesquisa, sublinhando que a proteção constitucional do acesso à justiça é fundamental (art. 5º, XXXV, da Lei Maior) e exige uma abordagem mais elaborada do que a mera existência de tribunais. O texto sustenta que as iniquidades sociais e financeiras frequentemente se traduzem em barreiras efetivas, limitando a concretização desse direito essencial para os grupos mais vulneráveis.

Prosseguindo o exame do Desenvolvimento, o artigo prossegue para o subcapítulo “A Vulnerabilidade na Sociedade Contemporânea”. Nessa seção, os autores elucidam melhor o conceito de vulnerabilidade, contextualizando-a no panorama social atual e incrementando seus vários aspectos que extrapolam a esfera puramente econômica. Eles argumentam sabiamente que a vulnerabilidade é uma condição que pode ser externamente determinada por diversas condições, como a carência informacional, a idade avançada ou a dificuldade em obter recursos essenciais. Percebe-se, por meio dessa explanação, que se pretende sublinhar que a vulnerabilidade não é uma condição imutável, mas um fato dinâmico que exige uma resposta jurídica e social adaptada. O texto reforça a ótica de que a execução dos direitos para pessoas vulneráveis não se limita à legislação existente, mas requer uma compreensão mais minuciosa dos condicionantes sociais e culturais que as alijam da justiça.

Avançando na exploração do Desenvolvimento, o artigo dedica sua próxima seção ao “Impacto da Tecnologia no Acesso à Justiça”. Os autores examinam como a crescente informatização do sistema jurídico, apesar de seus factíveis benefícios, pode, na verdade, criar uma barreira adicional, especialmente para os suscetíveis. Eles justificam essa perspectiva ao expor que a deficiência de equipamentos tecnológicos, a indisponibilidade de conectividade e a pouca proficiência digital fazem da tecnologia um instrumento de nova exclusão, especialmente evidenciado durante a pandemia de COVID-19. Evidencia-se, doravante desta abordagem, que o propósito é destacar o paradoxo de uma ferramenta que deveria democratizar o acesso, entretanto, no contexto prático, acentua as disparidades para os já marginalizados. O texto corrobora a convicção de que a mera digitalização não garante inclusão, ressaltando a imprescindibilidade de medidas governamentais e iniciativas que assegurem que a tecnologia funcione como um facilitador, e não para complicar, no acesso universal à justiça.

Chegando ao fim da exploração do Desenvolvimento, o artigo dedica-se ao subcapítulo “A Vulnerabilidade da Pessoa Idosa no Âmbito Jurídico”. Os autores voltam a sua atenção para as barreiras específicas encaradas por esse contingente populacional na busca pela justiça. Pormenorizam ao detalhar como as dificuldades com as ferramentas tecnológicas, o etarismo e as atitudes paternalistas comprometem a independência e a plenitude dos direitos dos idosos. Com essa análise, percebe-se que o intuito é focar na necessidade de reexaminar os conceitos de capacidade jurídica e interdição, com o propósito de assegurar maior autonomia aos idosos. O texto reforça a perspectiva de que a busca por um arcabouço jurídico mais inclusivo demanda uma observação criteriosa e



moldada às singularidades dos idosos, promovendo soluções que respeitem sua dignidade e independência.

Nas derradeiras considerações, o artigo consolida os principais resultados obtidos, reforçando que a vulnerabilidade constitui um obstrucionismo considerável ao acesso à justiça, obstando que muitos busquem e concretizem seus direitos, impedindo que muitas pessoas busquem e efetivem seus direitos. Os autores concluem que ter um aparato jurídico não implica, isoladamente, em uma justiça integral, pois as barreiras socioeconômicas, informacionais e tecnológicas, somadas à insuficiência de assistência jurídica idônea, criam um abismo para os grupos de pessoas hipossuficientes. Eles procedem que a digitalização do Judiciário, embora modernizada, pode paradoxalmente aprofundar essa exclusão para quem não tem recursos ou convivência com a tecnologia. Além disso, o estudo demonstra a necessidade premente de uma perspectiva mais atenciosa e individualizada diante das variadas vulnerabilidades, como as da pessoa idosa, cujas barreiras tecnológicas e posturas superprotetoras comprometem a autonomia. O trabalho confirma o entendimento de que a concretização desse direito primordial requer a execução de ações e normativas governamentais que fomentem a integração e a justiça para todos.

Referências

FREITAS, Maria Eduarda dos Santos; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. O acesso à justiça: como as pessoas vulneráveis são prejudicadas no âmbito jurídico. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**. Vol. VI, n. 12, jul.-dez., 2024. Disponível em: <https://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/1235>. Acesso em: 13 jul. 2025

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.